recomendar às áreas técnicas da Justiça Federal a identificação dos servidores que já contam com dois períodos de férias acumulados, para que procedam de acordo com o artigo 8º, § 8º, da Resolução CJF n. 221/2012, a fim de evitar a ocorrência de situação semelhante, no momento da aposentação dos servidores; por fim, consignar que as orientações ora estabelecidas, de cunho administrativo, não se sobrepõem a eventual ordem judicial em sentido contrário, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 27 de setembro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTÃO REIS JÚNIOR, MARCO BUZZI, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.

Certidão de julgamento - 0266012
Processo: 0002268-69.2019.4.90.8000 - Pedido de providência
Colegiado: Conselho
Data da Sessão: 27/09/2021 14:00:00
Relator: Desembargador Federal I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES
Dispositivo: Processo retirado de Pauta. Motivo: Por indicação do relator (Id. 0264951).

Certidão de julgamento - 0266013
Processo: 0002144-71.2020.4.90.8000 - Procedimento Normativo
Colegiado: Conselho
Data da Sessão: 27/09/2021 14:00:00
Relator: Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Dispositivo: Prosseguindo no julgamento, após o voto-vista do Conselheiro MAIRAN MAIA, o Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a proposta de resolução que dispõe sobre os ajustes que tenham por objeto a administração de depósitos de precatórios e requisições de pequeno valor, serviço de pagamento de pessoal e cessão de espaço físico, bem como acerca da aplicação dos recursos provenientes desses ajustes, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, nos termos do voto retificado do relator, Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, que aderiu às alterações sugeridas pelo Conselheiro MAIRAN MAIA quanto à redação dos artigos 2º, 3º, 4º e 9º da minuta apresentada, no que foi acompanhado pelos demais Conselheiros. Não votaram os Conselheiros MARCO BUZZI e MESSOD AZULAY, em razão dos votos proferidos, respectivamente, pelo Ministro Suplente e pelo antecessor, na sessão virtual de 22 a 24 de março de 2021. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 27 de setembro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTÃO REIS JÚNIOR, MARCO BUZZI, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

PORTARIA Nº 184/PRESI/GAPRES, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, DESEMBARGADOR FRANCISCO DJALMA, no uso de suas atribuições regimentais, destacando-se, neste particular, a disposição do Art. 19, LV e LVII, do Regimento Interno e o disposto no Art. 18, § 2º, Art. 54, caput e III, Art. 55, I, "a" e § 2º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 e, TENDO EM VISTA a necessidade de cumprir Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4,TENDO EM VISTA o que consta do Processo SEI n. 0002305-16.2015.6.24.8000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo a setembro de 2020 a agosto de 2021, e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal, em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se com as cautelas necessárias.

Des. FRANCISCO DJALMA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2020 A AGOSTO DE 2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1(b)
	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Jul/21	Ago/21	TOTAL(ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.217.012,64	3.241.839,27	5.169.558,08	5.624.678,55	4.255.196,11	3.200.355,54	3.354.858,35	3.273.958,31	3.210.819,06	3.295.872,45	3.265.740,57	3.265.915,23	44.375.804,16	478.193,58
Pessoal Ativo	2.794.404,76	2.813.484,98	4.560.219,59	5.219.309,89	3.646.454,96	2.794.528,14	2.949.030,95	2.868.130,91	2.820.081,91	2.884.461,64	2.864.440,24	2.864.614,90	39.079.162,87	478.193,58
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.400.680,82	2.419.524,67	3.767.453,04	4.801.749,93	3.257.508,09	2.401.974,62	2.556.203,76	2.474.957,16	2.426.941,90	2.491.140,38	2.471.056,71	2.468.827,85	33.938.018,93	466.219,78
Obrigações Patronais	393.723,94	393.960,31	792.766,55	417.559,96	388.946,87	392.553,52	392.827,19	393.173,75	393.140,01	393.321,26	393.383,53	395.787,05	5.141.143,94	11.973,80
Pessoal Inativo e Pensionistas	422.607,88	428.354,29	609.338,49	405.368,66	608.741,15	405.827,40	405.827,40	405.827,40	390.737,15	411.410,81	401.300,33	401.300,33	5.296.641,29	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	313.497,86	313.497,86	471.532,30	313.497,86	470.934,94	313.956,60	313.956,60	313.956,60	298.866,35	297.357,31	298.866,35	298.866,35	4.018.786,98	-
Pensões	109.110,02	114.856,43	137.806,19	91.870,80	137.806,21	91.870,80	91.870,80	91.870,80	91.870,80	114.053,50	102.433,98	102.433,98	1.277.854,31	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	422.607,88	428.354,29	518.367,49	463.535,70	608.741,15	405.827,40	405.827,40	405.827,40	390.737,15	411.410,81	401.300,33	402.936,73	5.265.473,73	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	167.634,70	-	-	-	-	-	-	-	1.636,40	169.271,10	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	422.607,88	428.354,29	518.367,49	295.901,00	608.741,15	405.827,40	405.827,40	405.827,40	390.737,15	411.410,81	401.300,33	401.300,33	5.096.202,63	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.794.404,76	2.813.484,98	4.651.190,59	5.161.142,85	3.646.454,96	2.794.528,14	2.949.030,95	2.868.130,91	2.820.081,91	2.884.461,64	2.864.440,24	2.862.978,50	39.110.330,43	478.193,58

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	938.730.994.036,87	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	39.588.524,01	0,004217
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	79.210.121,28	0,008438
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	75.249.615,21	0,008016
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	71.289.109,15	0,007594

FONTE: Sistema SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SECON/COFIN/SAO/TRE-AC. Data da emissão 23/09/2021 e hora de emissão 18:35.

1Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1055, de 20 de setembro de 2021, publicada em 21 de setembro de 2021.
3. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração" lançadas nos meses de Mai/21 (R$ 167,33), Jun/21 (R$ 773,13), Jul/21 (R$ 13.873,65) e Ago/21 (R$ 447,10), foram excluídas as despesas cujos fatos geradores ocorreram no mesmo período de apuração deste RGF, em atendimento ao inciso IV, § 1º, do art. 19, da LRF.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2020 A AGOSTO DE 2021

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	44.853.997,74
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	5.265.473,73
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	39.588.524,01

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				938.730.994.036,87	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,004217%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,008462%	79.435.416,72
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,008454%	79.360.318,24
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,008438%	79.210.121,28
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 211, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo SEI nº 0001178-18.2021.6.03.8000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá relativo ao segundo quadrimestre de 2021, nos termos dos Anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. GILBERTO DE PAULA PINHEIRO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2020 A AGOSTO DE 2021
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Se t/20	Out/20	Nov/20	Dez/20	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Jul/21	Ago/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.965.776,27	3.110.649,64	5.420.435,37	5.955.070,62	4.102.001,61	3.009.258,37	3.161.728,14	3.002.273,24	3.062.196,44	3.154.381,74	3.061.192,58	3.104.567,41	43.109.531,43	408.577,16
Pessoal Ativo	2.737.225,66	2.882.099,03	5.073.974,01	5.726.520,01	3.720.654,93	2.751.360,07	2.903.829,84	2.726.140,54	2.789.902,56	2.882.087,86	2.776.953,11	2.812.364,21	39.783.111,83	408.577,16
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.294.897,77	2.450.709,61	4.181.030,37	5.279.430,56	3.287.097,78	2.318.859,80	2.459.612,34	2.291.232,56	2.349.589,03	2.439.434,38	2.338.055,61	2.376.598,66	34.066.548,47	408.577,16
Obrigações Patronais	442.327,89	431.389,42	892.943,64	447.089,45	433.557,15	432.500,27	444.217,50	434.907,98	440.313,53	442.653,48	438.897,50	435.765,55	5.716.563,36	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	228.550,61	228.550,61	346.461,36	228.550,61	381.346,68	257.898,30	257.898,30	276.132,70	272.293,88	272.293,88	284.239,47	292.203,20	3.326.419,60	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	194.721,76	194.721,76	292.082,62	194.721,76	327.837,88	222.225,77	222.225,77	240.460,17	236.621,35	236.621,35	248.566,94	256.530,67	2.867.337,80	-
Pensões	33.828,85	33.828,85	54.378,74	33.828,85	53.508,80	35.672,53	35.672,53	35.672,53	35.672,53	35.672,53	35.672,53	35.672,53	459.081,80	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	228.550,61	218.660,46	-	218.036,66	381.346,68	257.898,30	257.898,30	276.132,70	285.776,00	291.994,68	296.528,91	353.533,88	3.066.357,18	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.289,44	5.120,60	17.410,04	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	15.287,96	-	218.036,66	-	-	-	-	13.482,12	19.700,80	-	56.210,08	322.717,62	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	228.550,61	203.372,50	-	-	381.346,68	257.898,30	257.898,30	276.132,70	272.293,88	272.293,88	284.239,47	292.203,20	2.726.229,52	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.737.225,66	2.891.989,18	5.420.435,37	5.737.033,96	3.720.654,93	2.751.360,07	2.903.829,84	2.726.140,54	2.776.420,44	2.862.387,06	2.764.663,67	2.751.033,53	40.043.174,25	408.577,16

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	938.730.994.036,87	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	40.451.751,41	0,004309
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	73.408.763,73	0,007820
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	69.738.325,55	0,007429
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	66.067.887,36	0,007038

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, Seção de Contabilidade- SECON. Data da emissão 22/set/2021 às 13h44m

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos. NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013;

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1055, de 20 de setembro de 2021, publicada em 21 de setembro de 2021;

3. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração" lançadas nos meses de Jan/21, Mai/21 e Ago/21 foram excluídas as despesas cujos fatos geradores ocorreram no mesmo período de apuração deste RGF, em atendimento ao inciso IV, § 1º, do art. 19, da LRF.